

**PRODUÇÃO AUDIOVISUAL INDEPENDENTE REGIONAL E MECANISMOS DE
INCENTIVO NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

REGIONAL INDEPENDENT AUDIOVISUAL PRODUCTION AND INCENTIVE
MECHANISMS IN BRAZIL: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

PRODUCCIÓN AUDIOVISUAL INDEPENDIENTE REGIONAL Y MECANISMOS DE
INCENTIVOS EN BRASIL: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA DE LA LITERATURA

Carlos Gustavo Ramos Silva

Universidade de Mogi das Cruzes - UMC
ORCID: 0009-0002-4470-1362
Mogi das Cruzes, SP, Brasil

Agnes de Souza Arruda

Universidade de Mogi das Cruzes - UMC
ORCID: 0000-0003-0244-808X
Mogi das Cruzes, SP, Brasil

Recebido: 05/10/2024 / Aprovado: 12/11/2024

Como citar: SILVA, C. G. R.; ARRUDA, A. de S. Produção Audiovisual Independente Regional e Mecanismos de Incentivo no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. Revista GEMInIS, v. 16, p. 1-19, 2025

Direito autoral: Sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 3.0 Internacional.

RESUMO

O trabalho apresenta revisão integrativa da literatura sobre a produção audiovisual independente das cinco regiões do Brasil, com o intuito de observar o conteúdo produzido nesses locais e como é financiada essa produção. Também são apresentados trabalhos que versam sobre a geografia e regionalização da atividade audiovisual brasileira de forma geral. Conclui-se que o audiovisual independente brasileiro ocorre, em diferentes níveis qualitativos e quantitativos, em todas as regiões do Brasil; concentra-se em quantidade e em recursos na região Sudeste; e depende primordialmente do recurso público, oriundo das três esferas (federal, estadual e municipal), para o seu financiamento e viabilidade.

Palavras-chave: audiovisual independente regional; leis de incentivo; políticas públicas.

ABSTRACT

The paper presents an integrative literature review on independent audiovisual production in each region of Brazil, observing the content produced in these locations and how this production is funded. It also presents works that discuss the geography and regional features of Brazilian audiovisual activity in general. It concludes that independent Brazilian audiovisual production occurs, at different qualitative and quantitative levels, in all regions of Brazil; it is concentrated in quantity and resources in the Southeast region; and primarily depends on public funding from the three spheres (federal, state, and municipal) for its financing and viability.

Keywords: regional independent audiovisual; incentive laws; public policies.

RESUMEN

El trabajo presenta una revisión integradora de la literatura sobre la producción audiovisual independiente en las cinco regiones de Brasil, con el objetivo de observar el contenido producido en estos lugares y cómo se financia esta producción. También se presentan trabajos que tratan sobre la geografía y regionalización de la actividad audiovisual brasileña en general. Se concluye que el audiovisual independiente brasileño ocurre, en diferentes niveles cualitativos y cuantitativos, en todas las regiones de Brasil; se concentra en cantidad y recursos en la región Sudeste; y depende principalmente de recursos públicos, provenientes de las tres esferas (federal, estatal y municipal), para su financiación y viabilidad.

Palabras Clave: audiovisual independiente regional; leyes de incentivos; políticas públicas

1. INTRODUÇÃO

1.1. Direito à cultura e incentivo à produção audiovisual

Distribuída por todo o texto da Constituição de 1988, o direito à cultura pode ser considerado, juntamente com aqueles explicitamente elencados no art. 5º da carta constitucional, um preceito fundamental, visto que, independentemente do título, capítulo ou artigo onde determinados temas estejam previstos na Constituição, se tais direitos tratam sobre direitos e garantias fundamentais, eles devem “(...) *integrar o núcleo da dignidade da pessoa humana*” (D’ICARAHY, 2021, p. 17). Além disso, de acordo com o disposto nos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, a temática da cultura é designada como responsabilidade não só do poder executivo federal, mas também de todos os outros entes federativos (BRASIL, 1988). Segundo Mendes,

(...) a regra constitucional é literal ao determinar uma postura positiva de todos os entes da Federação, que deve se guiar pautada na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à persecução dos objetivos estabelecidos na própria carta constituinte. (MENDES, 2018, p. 12).

Nesse sentido, a manifestação cultural de qualquer natureza deve ser não somente garantida, mas também apoiada e incentivada pelo Estado e todos os seus entes federativos, conforme explicitado no art. 215 da Constituição. Ainda, a atividade cultural, em suas múltiplas dimensões, também deverá ser amparada por leis específicas que incentivem a sua produção, de acordo com o § 3º do art. 216 da Carta Magna (BRASIL, 1988).

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, há também a previsão no texto constitucional de que o incentivo à cultura deve observar e valorizar o caráter regional de sua produção, conforme indicado em seu inciso V do § 3º do art. 215. Além disso, o Art. 216-A, que cria o Sistema Nacional de Cultura, dispõe expressamente sobre a diversidade das expressões culturais, a universalização ao seu acesso, a descentralização dos recursos e ações aplicados, e o fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais (BRASIL, 1988).

Nesse cenário, percebe-se que é necessário observar, no planejamento das questões do incentivo à cultura no Brasil, o vetor regional, visto que o país possui diferenças notáveis entre os seus Estados e regiões, tanto de caráter técnico quanto de acesso aos mais diversos tipos de financiamento e apoio à produção e difusão. No caso da atividade audiovisual, é possível observar diversos dispositivos legais que versam sobre o incentivo à produção e outros elos da cadeia dessa indústria, originários da esfera federal (BRASIL, 1991; 1993; 2001; 2006; 2011; 2012), que definitivamente são os principais mecanismos de incentivo do mercado.

De fato, é possível observar um crescimento praticamente contínuo de valores captados por projetos audiovisuais sob os três principais mecanismos de incentivo de renúncia fiscal relacionados ao tema entre 1995 e 2022 (Rouanet, Lei do Audiovisual e MP 2.228-1/01) (ANCINE, 2023, FILME B, 2021), além do aumento dos valores dos editais publicados nas chamadas públicas do FSA – Fundo Setorial do Audiovisual, fundo

destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil, entre 2008 e 2023 (ANCINE, 2024a).

A questão que se levanta ao observar os números acima é: o montante disponível para o setor é distribuído de maneira ao menos proporcional para todas as regiões do Brasil? Ou ainda: mesmo que a distribuição seja concentrada em alguns estados, existe capilaridade suficiente para que os recursos disponíveis alcancem produtores de regiões mais afastadas e/ou sem tradição no mercado audiovisual – premissa constitucional do incentivo à cultura?

O presente trabalho visa realizar uma revisão integrativa da literatura sobre o tema da produção audiovisual independente regional no Brasil, visando observar principalmente o conteúdo produzido em todas as regiões do país e como esse conteúdo é financiado. Para tanto, o texto analisará a produção científica pesquisada de maneira dividida por região, para ressaltar as características de cada uma e as diferenças (e similaridades) em relação às outras.

2. DEFINIÇÕES, ESCOPO, METODOLOGIA DE BUSCA E SELEÇÃO DE FONTES

2.1. Definição de obra audiovisual brasileira independente

Pela legislação em vigor, somente obras de produção independente podem ser objeto de financiamento ou incentivo federal. De acordo com o inciso IV do art. 1º da MP nº 2.228-1/01, uma obra cinematográfica ou videofonográfica de produção independente é aquela cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens ou operadoras de comunicação eletrônica de massa por assinatura. (BRASIL, 2001).

Assim, produtoras com vínculo comprovado com redes de televisão (radiodifusão) ou operadores de televisão por assinatura não são consideradas independentes, logo não elegíveis para o financiamento mencionado – assim, não entram no escopo do presente trabalho.

2.3. Estratégia de busca

As bases pesquisadas foram três: CAPES, Scielo e Google Scholar, sendo essa última complementar às duas primeiras. Os termos pesquisados em todas as bases foram: leis AND incentivo AND audiovisual; políticas AND públicas AND audiovisual; leis AND incentivo AND cinema; produção AND audiovisual AND independente; audiovisual AND regional AND brasil; produção audiovisual independente regional; e audiovisual independente.

Foram selecionadas previamente, com base nos títulos dos trabalhos, 40 trabalhos na base da CAPES e 50 na base do Google Scholar, não sendo selecionado nenhum na base da Scielo. Desse total, 11 trabalhos na base da CAPES foram identificados como repetidos, assim como 4 na base do Google Scholar. Foram eliminados, após leitura do resumo e conclusão do trabalho e consequente identificação da falta de aderência

com o tema proposto na presente revisão, 14 trabalhos na base da CAPES e 6 na base do Google Scholar, restando, portanto, 18 trabalhos na base da CAPES e 40 na base do Google Scholar.

2.3. Seleção de Estudos e critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos na presente revisão integrativa da literatura artigos, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses que analisassem o vetor da produção audiovisual independente em todas as regiões do Brasil. Os textos deveriam preferencialmente (mas não de maneira obrigatória) analisar o financiamento da produção em suas diversas formas. Trabalhos que versassem sobre a geografia e distribuição da produção audiovisual independente no país também foram incluídos na lista selecionada. Foram também incluídos livros e capítulos de livros, de maneira complementar, que tratassem do tema.

Inicialmente, foram observados os títulos dos trabalhos pesquisados, visando identificar o provável conteúdo do texto. Na sequência, se selecionado, o resumo e conclusão eram analisados, para verificar a aderência ao tema escolhido para a revisão da literatura – ou seja, a produção audiovisual independente regional. Assim, trabalhos que versavam sobre outros temas da cadeia do mercado audiovisual (ex.: ensino, exibição) não foram considerados na revisão. Complementarmente, mas não como critério de exclusão, foi observado o tema do financiamento das produções independentes regionais, visando analisar criticamente a geografia do fomento e *funding* dessas obras.

Na sequência, não foram considerados trabalhos que versassem sobre a produção do eixo RJ-SP, mais precisamente das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, uma vez que a intenção da revisão integrativa da literatura ora proposta é de observar a produção independente regional fora das regiões que concentram historicamente a grande parte dessa atividade e recursos. Por fim, não foram delimitados datas ou idiomas para a pesquisa dos trabalhos, na intenção de observar de maneira histórica a produção de trabalhos que investigassem os conteúdos regionais do audiovisual independente.

3. ANÁLISE E SÍNTESE DOS RESULTADOS

3.1. Trabalhos selecionados por região

Os trabalhos selecionados foram divididos em seis grupos: um para cada região do Brasil, e um sexto grupo chamado Geral, cujo conteúdo é de trabalhos que versam, em algum grau considerado relevante, sobre a temática da geografia e regionalização da atividade audiovisual brasileira de forma geral. A tabela 1 abaixo indica quais autores e trabalhos foram incluídos em cada grupo organizado para a pesquisa:

Tabela 1 – Trabalhos classificados por região do Brasil

Região	Trabalhos
Geral	Abrantes (2004), Fernandes (2010), Souza (2013), Maia de Souza e de Miranda Alem (2016), Pessoto (2016), Jambeiro <i>et al</i> (2019), Venanzoni (2021), Evangelista (2022), Barradas e Costa (2023), Correa Machado (2023), Menezes Godinho (2024)

Região	Trabalhos
Sudeste	Médola (1997), Anjo (2018), Marquezine (2018), Pacheco <i>et al</i> (2019), Braga de Freitas (2019), Teixeira <i>et al</i> (2021), Braga de Freitas (2022), Veronez (2022), Saliés (2023)
Sul	Vitorino (1999), Portugal <i>et al</i> (2007), Estorillio (2013), Silva (2013), Tomaim <i>et al</i> (2013), Ruy (2016), Ruy (2016a), Hentschke (2017), Souto (2017), Cardoso <i>et al</i> (2019), Pereira e Dias (2022)
Nordeste	Holanda (2005), Lusvarghi (2008), Fernandez (2009), Gama (2013), Kanuto e Lacerda (2013), Lima e Botelho (2013), Lima Junior (2014), Scaff (2014), Gomes (2016), Vieira e Gusmão (2017), Araújo e Bezerra (2018), Coelho (2019), Gusmão e Cotrim (2021), Lázaro <i>et al</i> (2021), Virgens (2021), Silva e Cruz (2022), Souza (2022), Veronez (2022), Rocha (2023), Gomes (2023)
Centro-Oeste	Prado (2019), Nunes e Costa (2021), Oliveira (2023)
Norte	Lopes e Nogueira (2016), Lopes (2017), Santos e Quaresma (2017), Gomes (2018), Lopes (2021)

Fonte: elaboração própria

3.2. Panorama geral e geografia do audiovisual brasileiro

A regionalização do audiovisual independente e o estudo de sua geografia sempre são incluídos nas discussões sobre a produção brasileira, dada a sua importância do ponto de vista cultural, econômico e social. Os estudos a seguir investigam esse tópico através de diversos pontos de vista e metodologias, sempre observando o vetor que caracteriza as qualidades regionais da manifestação audiovisual do Brasil.

Abrantes (2004) analisou a distribuição geográfica da produção brasileira, apontando que o audiovisual se concentra no sudeste do país, no que tange a receitas da circulação dos produtos e à produção propriamente dita. A autora ressalta a importância da televisão para o audiovisual em geral, também concentrada na região sudeste (ABRANTES, *op. cit.*, p. 6).

Fernandes (2010) analisou o modelo de financiamento público para o audiovisual no Brasil e seu impacto nos diferentes estados, indicando que há expressiva concentração regional da produção e do consumo desse tipo de produto no sudeste do país (FERNANDES, *op. cit.*, p. 65). Já Maia de Souza e de Miranda Alem (2016) analisaram resultados dos gastos públicos, diretos e indiretos, do governo federal no setor audiovisual, entre as décadas de 1990 e 2000, concluindo que, apesar do avanços em termos qualitativos e quantitativos da produção nacional, “(...) o Brasil ainda está longe da concretização dos objetivos constitucionais, sobretudo de garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” (MAIA DE SOUZA e DE MIRANDA ALEM, *op. cit.*, p. 109).

Pessoto (2016) avaliou a eficiência da Lei nº 12.485/11 (BRASIL, 2011) na promoção da produção na televisão por assinatura, apontando claro aumento da veiculação de conteúdo brasileiro nos canais analisados

(PESSOTO, *op. cit.*, p. 128, 133) relacionado à obrigatoriedade de veiculação de conteúdos nacionais na televisão por assinatura demandado pela norma ora mencionada. Sua conclusão, no entanto, indica a ineficiência da lei quanto ao estímulo à produção regional, e a concentração de recursos do FSA destinados a produções independentes para televisão aberta e por assinatura para a região sudeste (PESSOTO, *op. cit.*, p. 153-154).

Jambeiro *et al* (2019) investigaram a visão das produtoras independentes de audiovisual no Brasil sobre as ações de fomento público destinadas ao setor em nível federal e geridas pela ANCINE, apresentando pontos positivos e negativos, do ponto de vista dessas produtoras, sobre todo o mecanismo público de financiamento à atividade (JAMBEIRO *et al*, *op. cit.*, p. 20-21). Venanzoni (2021) analisou a diversidade e democratização no cinema e audiovisual do Brasil, elaborando um panorama entre 2001 e 2021, ressaltando o aumento da capacidade de investimentos no setor pelo FSA e indicando concentração de recursos aplicados pelos fundos nos estados de SP e RJ entre (i) 1995 e 2010 e (ii) 2010 e 2018, ainda que em níveis decrescentes – de 85,6% para 73,9%, fruto das políticas de descentralização (VENANZONI, *op. cit.*, p. 91-95).

Evangelista (2022) e Correa Machado (2023) investigaram os Arranjos Regionais do FSA, instituídos a partir de 2014 como parcerias entre os entes locais (estados e municípios) e o Fundo Setorial do Audiovisual, com este complementando os recursos disponibilizados pelos primeiros, e como que tais iniciativas mudaram a dinâmica das políticas de produção do audiovisual das regiões que receberam os recursos. A primeira pesquisadora concluiu que houve avanços do programa em determinadas frentes, mas é notada a insuficiência do mecanismo em regiões que historicamente não têm visibilidade para as políticas públicas federais (EVANGELISTA, *op. cit.*, p. 8), enquanto a segunda autora apontou que, apesar de uma das premissas destes editais visar diminuir a concentração de recursos no eixo Rio-São Paulo, “(...) os dados observados nos anos iniciais da política indicam que a concentração se manteve” (CORREA, *op. cit.*, p. 276).

Em relação a trabalhos sobre regiões específicas, cabe mencionar o trabalho de Holanda (2005), que apresenta vasta pesquisa sobre o documentário nordestino contemporâneo, analisando o período entre 1994 e 2003, no qual a pesquisadora encontrou produção documental nos nove estados da região. Lusvarghi (2008) discorreu sobre as produções independentes nordestinas contemporâneas, destacando o quantitativo de três estados da região: Ceará, Pernambuco e Bahia (45 obras audiovisuais em 2008) (LUSVARGHI, *op. cit.*, p. 21).

Ainda sobre o Nordeste, Fernandes (2009) investigou a desconcentração da produção audiovisual no Brasil, observando os casos dos estados da Bahia e Pernambuco. Já Lima e Botelho (2013) conduziram uma pesquisa qualitativa juntos aos produtores audiovisuais do estado do Rio Grande do Norte, traçando um panorama do cenário potiguar entre 2007 e 2012, enquanto Gama (2013) estudou a produção de documentários no estado da Paraíba na década de 2000 e as políticas públicas de incentivo à produção audiovisual associadas. Lima Júnior (2014) e Gomes (2016) investigaram o cinema de Pernambuco, e Virgens (2021) apresentou em seu trabalho reflexões sobre o perfil de financiamento público ao audiovisual da Bahia de 2008 a 2018. Cabe mencionar também os trabalhos de Gusmão e Cotrim (2021) e Gomes (2023), ambos ressaltando a importância

dos festivais e mostras de cinema para a produção audiovisual independente da Bahia e do Rio Grande do Norte, respectivamente.

Interessantes reflexões sobre o audiovisual mineiro foram apresentadas por Braga de Freitas (2019 e 2022), Teixeira *et al* (2021) e Veronez (2022), no que tange ao financiamento de origem municipal e estadual, enquanto Saliés (2023) analisou os impactos econômicos das ações do FSA no audiovisual em Belo Horizonte entre 2007 e 2020. Já Tomaim *et al* (2013) mapearam a produção de documentários no Rio Grande do Sul entre os anos de 1995 e 2010, ao passo que Ruy (2016, 2016a) analisou o cinema de baixo orçamento do Rio Grande do Sul.

Sobre a região Centro-Oeste, Prado (2019) ressaltou a importância das políticas de descentralização da produção audiovisual no país e em Goiás; já Nunes e Costa (2021) investigou o mercado de animação em Goiás a partir dos anos 2000. Por fim, Oliveira (2023) estudou a produção audiovisual em Goiás entre os anos de 2010 e 2020, ressaltando a importância do advento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e a criação da Lei nº 12.485/11 para o setor.

Finalmente, sobre a região Norte, Nogueira e Lopez (2016) e Lopez (2017) analisaram o cinema no Amazonas, apresentando o que fora produzido na região desde o início do século XX até a atualidade. Santos e Quaresma (2017) apresentaram em seu estudo panorama sobre a produção de documentários independentes no estado do Amapá, delineando desafios e perspectivas sobre o tema, enquanto Gomes (2018), analisando a política de regionalização da produção audiovisual corrente, apontando que que, entre 2009 e 2017, a região norte recebeu somente 3% dos recursos operados pelo FSA no período, sendo que a participação efetiva de produtoras dos estados da região de fato se iniciou em 2014.

4. CONCLUSÃO

De acordo com os trabalhos analisados, é possível depreender alguns pontos que caracterizam o audiovisual regional brasileiro e a sua geografia.

De fato, existe a produção audiovisual independente em todas as regiões do país, em diferentes níveis qualitativos e quantitativos. Desde produções praticamente artesanais na região norte do Brasil (LOPEZ, 2021), passando por animações em Goiás (NUNES e COSTA, 2021), documentários de baixo orçamento no Sul (RUY, 2016; 2016a) e grande capilaridade da produção de documentários no Nordeste (HOLANDA, 2005; LUSVARGHI, 2008; VIEIRA e GUSMÃO, 2017), culminando nas grandes produções das principais produtoras do sudeste (ABRANTES, 2004). Nota-se, no entanto, grande concentração da produção, do consumo e dos recursos públicos aplicados em obras incentivadas no Sudeste do Brasil (ABRANTES, 2004; PESSOTO, 2016; VENANZONI, 2021; EVANGELISTA, 2022; BARRADAS e COSTA, 2023; CORREA MACHADO, 2023). Tal fato se dá por motivos socioeconômicos e históricos, como discutiram Marson (2009), Meleiro (2010), Simis (2010, 2015) e Ikeda (2015, 2021, 2022) em suas obras sobre o tema.

Outro ponto recorrente nas análises sobre o tema é a dependência do financiamento público da produção em todos os estados e níveis de empresas do audiovisual. No entanto, esse financiamento não é

eficiente do ponto de vista do objetivo da política pública em alcançar a produção em todo o território brasileiro de maneira proporcional entre as regiões, (MAIA DE SOUZA e DE MIRANDA ALEM, 2016; PESSOTO, 2016; JAMBEIRO ET AL, 2019).

Existe um esforço legal para a regionalização por parte do poder público, fato observado, por exemplo, na gestão do FSA, que prevê destinações mínimas dos valores de suas ações a entes estabelecidos em regiões de menor tradição no audiovisual, visando o desenvolvimento local dessa atividade e a regionalização de suas ações, conforme disposto no § 3º do art. 4º da Lei nº 11.437/2006 (BRASIL, 2006). Destaca-se a mais recente decisão do Comitê Gestor do FSA sobre o direcionamento de novos investimentos pelo fundo, no qual se nota, além de cotas para regiões historicamente deficientes de recursos públicos para a atividade audiovisual, a reserva de valor notável para a linha de Arranjos Regionais (cerca de um quarto do valor total do Plano de Ação aprovado), que envolve editais em parceria com entes locais (estados e municípios), denotando grande peso para o vetor regional nessa linha (ANCINE, 2024d).

Sobre o tema, o recente estudo de Rocha *et al* (2024) analisou minuciosamente a produção audiovisual para TVs Públicas de toda a Macrorregião CONNE (Centro-Oeste, Norte e Nordeste), abrangendo o período de 2012 até 2019, delineando um panorama do fomento ao audiovisual da macrorregião. O trabalho apresenta detalhadamente as especificidades da produção audiovisual de cada estado, indicando possíveis efeitos das políticas de descentralização da aplicação de recursos oriundos do FSA, trazendo importantes reflexões sobre o tema e recomendações para ações futuras, como por exemplo a criação e disponibilização de repositório institucional próprio para guarda de editais, resultados, relatórios e demais documentos para a guarda da memória institucional, visando melhorar a memória técnica dos entes envolvidos e a continuidade das ações de fomento já estabelecidas (ROCHA, *op. cit.*, p. 142).

É possível também notar esforço dos entes locais, estaduais e municipais, em relação ao fomento às atividades audiovisual da região na qual estão inseridos (HOLANDA, 2005; LIMA e BOTELHO, 2013; TOMAIM *ET AL*, 2013; ESTORILLO, 2013; LIMA JUNIOR, 2014; SKAFF, 2014; GOMES, 2016; VIEIRA e GUSMÃO, 2017; GOMES, 2018; BRAGA DE FREITAS, 2019; PRADO, 2019; TEIXEIRA ET AL, 2021; NUNES e COSTA, 2021; BRAGA DE FREITAS, 2022; VERONEZ, 2022; SOUZA, 2022).

Pode-se também destacar o trabalho de Menezes Godinho (2024), que investigou a dificuldade ao acesso a recursos dos mecanismos de incentivos para o audiovisual pelas produtoras de pequeno porte, concluindo pela concentração massiva de recursos em poucas produtoras da região sudeste do Brasil, afirmando também ser de vital importância a criação de atrativos adicionais para que financiadores e incentivadores escolham mais frequentemente projetos de cineastas iniciantes, além de ampliar o valor reservado para estreantes em editais e chamadas públicas (MENEZES GODINHO, 2024, p. 48).

Em suma, o presente trabalho apresentou pesquisas e trabalhos sobre a regionalização do audiovisual brasileiro a partir do final do século XX, levantando informações sobre a situação atual do setor que subsidiem a discussão de soluções e mecanismos operacionais para contribuir com a evolução e a disseminação da produção nacional em todas as regiões do país. Conclui-se que o audiovisual independente brasileiro (i) ocorre,

em diferentes níveis qualitativos e quantitativos, em todas as regiões do Brasil; (ii) concentra-se em quantidade e em recursos na região Sudeste do país; e (iii) depende essencialmente de recursos públicos, oriundo das três esferas (federal, estadual e municipal), para o seu financiamento e viabilidade.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, M. Geografia da Indústria Audiovisual no Brasil. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27, 2004. Porto Alegre, RS. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004.

Disponível em:

<<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/71551013738331782542262269074986664929.pdf>>.

Acesso em: 03 jun. 2024.

ALMEIDA, T. N. A. B. **A atividade administrativa de fomento no âmbito do Fundo Setorial do Audiovisual**. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2022. Disponível em:

<<http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/12227>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

AMORIM, A. Constituição Federal e legislação de incentivo ao cinema: os artigos 215 e 216 à luz dos direitos culturais como direitos fundamentais. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, n. 1, 2013.

Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1471>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. **Recursos Públicos – Valores Totais Captados por Mecanismo de Incentivo 2006 a 2022**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/recursos-publicos-1>>. Acesso em: 26 set. 2024.

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. **Execução Orçamentária e Financeira – Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)**. 2024a. Disponível em: <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/fsa/resultados/execucao-orcamentaria-e-financeira>>. Acesso em: 26 set. 2024.

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. **Painel Agentes Econômicos – Relatório de Agentes Econômicos por Município**. 2024b. Disponível em <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/Paineis%20Interativos/painel-agentes-economicos>>. Acesso em: 26 set. 2024.

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. **Cinema – Listagem de Complexos de Exibição por Município e UF - 2023**. 2024c. Disponível em <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/cinema->>. Acesso em: 26 set. 2024.

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. **Comitê Gestor do FSA aprova Plano de Ação 2024**. Brasília, 30 set. 2024. 2024d. Disponível em <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/comite-gestor-do-fsa-aprova-plano-de-acao-2024>>. Acesso em: 03 out. 2024.

ANJO, J. E. S. Economia política da comunicação e os reflexos das políticas públicas no setor audiovisual capixaba. **Temática**, v. 14, p. 67-83, 20 set. 2018. Disponível em

<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/41863>>. Acesso em: 29 mai. 2024.

ARAÚJO, M. L. R. BEZERRA, C. R. A. Estudo das Ações do Porto Digital para o Incentivo da

Cadeia Produtiva Audiovisual em Pernambuco. *In*: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2018. Joinville, SC. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <https://audiovisualbaiano.com.br/midiатеca/wp-content/uploads/2021/06/R13-0056-1.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BARRADAS, A. V.; COSTA, K. As Diferenças Regionais do Mercado Audiovisual Brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2023. **Texto para Discussão 025/2023**. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2023/TD_IE_025_2023_BARRADAS_COSTA.pdf. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRAGA DE FREITAS, M. Contradições, limites e possibilidades: a experiência da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte no fomento à produção audiovisual da periferia. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 211–235, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/32639>. Acesso em: 29 mai. 2024.

BRAGA DE FREITAS, M. Na margem e no centro: A produção audiovisual das periferias e a Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte. **Cadernos IS-UP**, [S. l.], n. 1, 2022. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/Cadernos-ISUP_1/article/view/12141. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313compilada.htm. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.685 de 20 de julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8685compilado.htm. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. Medida Provisória Nº 2228-1 de 06 de setembro de 2001. Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 set. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.437 de 28 de dezembro de 2006. Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual; e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2006. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11437.htm>. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011. Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112485.htm>. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.599 de 23 de março de 2012. Altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.685, de 20 de julho de 1993, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e 10.925, de 23 de junho de 2004; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café; institui o Programa Cinema Perto de Você; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112599.htm>. Acesso em: 06 mai. 2024.

CARDOSO, E. L. PRODANOV, C. C. DORION, E. C. H. NODARI, C. H. CHAIS, C. Análise do setor audiovisual do sul do Brasil sob a perspectiva da inovação. **Nova Economia**, v. 27, p. 185–211, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/hgjYyLbYbn3bvTKrmXsHFj/?format=html>>. Acesso em: 29 mai. 2024.

COELHO, D. X. **Cartografia do audiovisual no Rio Grande do Norte: experiências emergentes na produção e circulação de obras audiovisuais independentes (2010 - 2018)**. 2019. 145f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28550>>. Acesso em: 29 mai. 2024.

CORREA MACHADO, M. Política de estímulo aos Arranjos Produtivos Regionais do Fundo Setorial do Audiovisual: observações sobre os anos iniciais. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 275–301, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/49518>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

D'ICARAHY, E. G. **Fomento à cultura no Brasil: perspectivas para a prestação de contas pelo objeto**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

ESTORILLIO, R. S. Políticas públicas de financiamento à cultura: o modelo de lei de incentivos à cultura de Curitiba no audiovisual de Curitiba. **O MOSAICO: REVISTA DE PESQUISA EM ARTES**, v. 10, p. 1/116-129, 2013. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/4dijnblwinzhclme5inwklxpe3e/access/wayback/http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/267/pdf_1#page=117>. Acesso em: 03 jun. 2024.

- EVANGELISTA, M. S. **Regionalização da Política de Fomento ao Audiovisual no Brasil: os arranjos regionais da Ancine**. 2022. 75 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Indústrias Criativas) – Universidade Católica de Pernambuco. Recife, PE. Disponível em: <<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1654>>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- FERNANDES, D. P. A desconcentração da produção audiovisual no Brasil: os casos da Bahia e Pernambuco. *In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2009. Salvador, BA. **Anais...** Salvador: 2009. Disponível em: <<https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19539-3.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2024.
- FERNANDES, D. P. **Diversidade cultural e concentração da indústria audiovisual no eixo RJ-SP: análise do contexto e implicações para o desenvolvimento cultural brasileiro**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=18589@1>>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- FILME B. **Database Brasil 2020**. 2021. Disponível em < <https://www.filmeb.com.br/database-brasil>>. Acesso em: 26 set. 2024.
- GAMA, F. B. **O documentário contemporâneo da Paraíba e as políticas públicas de incentivo à produção audiovisual**. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado em Imagem e Som) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5612>>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- GOMES, A. As Políticas Públicas do Audiovisual e a Regionalização da Produção: um olhar sobre o Norte. *In: XXII Encontro Socine de Estudos de Cinema e Audiovisual*, 2018, p. 146-150. Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia: 2018. Disponível em: <[https://www.socine.org/wp-content/uploads/anais/AnaisDeTextosCompleto2018\(XXII\).pdf](https://www.socine.org/wp-content/uploads/anais/AnaisDeTextosCompleto2018(XXII).pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- GOMES, D. F. S. **Festivais de cinema do Rio Grande do Norte: um estudo sobre o fomento à produção audiovisual potiguar**. 2023. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Audiovisual), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/53396>>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- GOMES, P. O novo cinema de Pernambuco. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 1, p. 58–60, mar. 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000100017>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- GUSMÃO, M. C. S.; COTRIM, T. C. Festivais e mostras de cinema e audiovisual na Bahia: entre trajetórias e práticas de formação cultural. **Rebeca - Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual**, v. 10, n. 2, p. 123–149, 27 nov. 2021. Disponível em: <<https://rebeca.emnuvens.com.br/1/article/view/800>>. Acesso em 31 mai. 2024.
- HENTSCHKE, M. **Bagé RS como destino de produção cinematográfico**. 60p. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Produção e Política Cultural) – Universidade Federal do Pampa Campus Jaguarão. Jaguarão, RS, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/2390>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

- HOLANDA, K. **Documentário nordestino: história, mapeamento e análise (1994-2003)**. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes da Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/367299>>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- IKEDA, M. **Cinema brasileiro a partir da retomada: aspectos econômicos e políticos**. São Paulo: Summus, 2015. 269 p.
- IKEDA, M. **Utopia da autossustentabilidade: impasses, desafios e conquistas da Ancine**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2021. 246 p.
- IKEDA, M. **Revisão crítica do cinema da retomada**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022. 182 p.
- JAMBEIRO, O.; FERREIRA, F.; MORAIS, K. Fomento à indústria audiovisual no Brasil: a visão das produtoras independentes. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 14, n. 1, p. 8–24, 2019. Disponível em: <<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/430>>. Acesso em: 07 jun. 2024.
- KANUTO, K. J.; LACERDA, J. S. O Uso de Dispositivos Midiáticos Digitais na Comunicação e Elaboração de Estratégias Contra Hegemônicas pelo Movimento do Audiovisual Paraibano. **Mídia e Cotidiano**, v. 3, n. 3, p. 432–448, 17 dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9696>>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- LÁZARO, A. R. ALMEIDA, J. K. SOUZA, R. AIRES, J. S. F. Espacialização, estruturação e mercantilização do audiovisual potiguar. **Temática**, v. 7, p. 201-215, abr. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/59023>>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- LIMA, E. C. S. BOTELHO, I. Audiovisual Potiguar: Uma análise do cenário no período de 2007 a 2012. In: XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2013. Mossoró, RN. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2013. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0169-1.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- LIMA JÚNIOR, J. A. **Consumo audiovisual em Pernambuco: considerações teóricas e um exercício empírico**. 2014. 52 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12552>>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- LOPES, R. F. Cine-manauara: no centro de um outro contexto. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 21–35, 17 jul. 2017. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/6066>>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- LOPES, R. F. **Processos criativos e representações na produção audiovisual amazonense: um olhar folkcomunicação sobre a “Associação Cinematográfica Fogo Consumidor Filmes”, de Tefé/AM**. 2021. 262 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021. Disponível em:

<<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8215>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

LOPES, R. F.; NOGUEIRA, W. S. Cinema no Amazonas: o imaginário colonizado navegando numa sociologia de ausências e emergências. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 93–120, 2016. Disponível em:
<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2069>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

LUSVARGHI, L. C. A Desconstrução do Nordeste: cinema regional e pós-modernidade no cinema brasileiro. **Ícone**, v. 10, n. 1, p. 20–38, 6 jul. 2008. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/icone/article/view/230111>>. Acesso em 31 mai. 2024.

MAIA DE SOUZA, M.; DE MIRANDA ALEM, N. Direito à cultura e políticas públicas no Brasil: uma análise dos gastos diretos e indiretos com o setor audiovisual durante a Nova República. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2016. Disponível em:
<<https://revistareed.emnuvens.com.br/reed/article/view/127>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

MARQUEZINE, L. O. **Política Pública para a cultura no Estado do Rio de Janeiro: o incentivo, o mercado e os efeitos das regras**. 2018. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ. Disponível em: <<https://uenf.br/graduacao/administracao-publica/wp-content/uploads/sites/4/2019/05/MONOGRAFIA-Vers%C3%A3o-Final-Lu%C3%ADza-Oliveira-Marquezine.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MARSON, M. N. **Cinema e Políticas de Estado: da Embrafilme à Ancine**. São Paulo: Escrituras Editora, 2009. 239 p.

MÉDOLA, A. S. L. D. A Produção Independente na Televisão do Interior: O Caso de Bauru. In: Sérgio Mattos. (Org.). **A Televisão e as políticas regionais de Comunicação**. Salvador e São Paulo: INTERCOM, 1997, p. 69-81. Disponível em:
<https://www.sergiomattos.com.br/_files/ugd/a9934b_d8c5e42e0862448c8a0ee48eb9f63da8.pdf#page=69>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MELEIRO, A. (Org.). **Cinema e mercado**. São Paulo: Escrituras Editora, 2010. 191 p.

MENDES, L. S. **Direito à cultura e políticas públicas de acesso ao cinema: uma análise das ações da ANCINE, SPCINE e INCAA**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <<https://www.unirio.br/ppgd/dissertacoes/dissertacoes-defendidas-em-2016/direito-a-cultura-e-politicas-publicas-de-acesso-ao-cinema-uma-analise-das-acoes-da-ancine-spcine-e-incaa/view>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MENEZES GODINHO, L F. Produtoras audiovisuais de pequeno porte e a dificuldade ao acesso a recursos via leis de incentivo. **Revista de Comunicação Dialógica**, [S. l.], n. 11, p. 40–51, 2024. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcd/article/view/80597>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

NUNES, P. C. COSTA, A. P. S. L. Animação audiovisual em Goiás: um estudo exploratório sobre o mercado regional. **Revista GEMInIS**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 410–433, 2021. Disponível em:

<<https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/573>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

OLIVEIRA, T. R. Filmes feitos em Goiás: Um recorte recente da história audiovisual. **Rebeca - Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual**, v. 12, n. 1, 30 jul. 2023. Disponível em: <<https://rebeca.socine.org.br/1/article/view/925>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

PACHECO, J. C.; NIGROMONTE, D. B.; BARON, L. C. Niteroi Cidade do Audiovisual: análise da implementação do programa e seus desafios. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 99–114, maio 2019. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/132>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

PEREIRA, V. C. A produção de documentários através do DOCTV. **RuMoRes**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51143>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PESSOTO, A. H. V. **De coadjuvante a protagonista? Os desafios da diversidade cultural, da produção audiovisual independente e regional na TV Paga**. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f2db3fb2-5e66-457a-bb34-1f8e85670387/content>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PEREIRA, K. S.; DIAS, R. M. A. Audiovisual na fronteira Brasil-Paraguai : o papel da UNILA na disputa de imaginários. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 12, n. 23, p. 122+164, 10 set. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/53405>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

PORTUGAL, M. S.; SCHULER, F.; PORSSE, A. A.; PALERMO, P. U.; LONGHI, P.; CAPRA FILHO, L. Incentivo à Cultura e Efeitos Econômicos: análise da produção cinematográfica no Rio Grande do Sul. In: Leandro Valiati; Stefano Frorissi. (Org.). **Economia da Cultura**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 29-62. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268398486_INCENTIVO_A_CULTURA_E_EFEITOS_ECONOMICOS_ANALISE_DA_PRODUCAO_CINEMATOGRAFICA_NO RIO GRANDE DO SUL_Y>. Acesso em: 01 jun. 2024.

PRADO, R. Produção e formação audiovisual “fora do eixo” no Brasil: o caso do Instituto Federal de Goiás. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 249–262|263, 2019. Disponível em: <<https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1865>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

ROCHA, R. LIMA, C. COSTA, L. **Políticas para a descentralização do audiovisual no Brasil: alcance, resultados e repercussões de dois programas de fomento na Macrorregião CONNE**. Salvador: UFBA, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/politicas-para-descentralizacao-do-audiovisual-no-brasil/politicas-para-a-descentralizacao-do-audiovisual-no-brasil-repo2>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

ROCHA, T. F. **Audiovisual do Matos: um estudo sobre a interiorização do audiovisual na cidade de Santana do Matos**. 2023. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Audiovisual) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/53169>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

RUY, K. S. Os espaços do cinema de baixo orçamento no Brasil. **Rebeca - Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual**, v. 5, n. 1, 31 jul. 2016. Disponível em:

<<https://rebeca.emnuvens.com.br/1/article/view/211>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

RUY, K. S. **Um longa na cabeça e (bem) menos de R\$ 1 milhão na conta: estudo sobre a produção e a circulação do cinema de baixo orçamento no Rio Grande do Sul**. 2016a. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em:

<<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8921>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SALIÉS, G. P. **O impacto econômico do Fundo Setorial do Audiovisual em Belo Horizonte**.

2023. 137 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2023. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258730>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SANTOS, A. F. C.; QUARESMA, J. S. C. **Um filme bonito de se ver: um documentário sobre o audiovisual amapaense**. 2017. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017. Disponível em:

<<http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/1210>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SCKAFF, D. F. C. **Semeando a cultura audiovisual no Rio Grande do Norte: a experiência das oficinas de vídeos do Coletivo Caminhos, Comunicação & Cultura**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2014. Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20187>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SILVA, D. R. P. **Revelando os Brasis IV: os processos de produção dos curtas-metragens realizados no Rio Grande do Sul**. 2013. 236 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2216>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SILVA, M. A. R.; CRUZ, D. D. F. Políticas públicas e o audiovisual independente no Rio Grande do Norte (2014 - 2019). In: **Open Science Research III**. 1. ed. [s.l.] Editora Científica Digital, 2022. p. 2121–2135. Disponível em:

<<https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/220308257>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SIMIS, A. A contribuição da cota de tela no cinema brasileiro. **O Público e o Privado (UECE)**, v. 7, p. 137-146, 2009. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2696/2352>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

SIMIS, A. **Política Cultural: o audiovisual**. 2010. 160 f. Tese (Livre Docência em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106701>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SIMIS, A. **Política Cultural: o audiovisual**. 2010. 160 f. Tese (Livre Docência em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106701>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SIMIS, A. **Estado e cinema no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 302 p.

SOUTO, R. P. **A produção audiovisual independente do Rio Grande do Sul e a televisão por assinatura: um estudo introdutório sobre as mudanças nas dinâmicas do mercado audiovisual de Porto Alegre após implementação da Lei nº 12.485**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/10525>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SOUZA, G. O Audiovisual nas Periferias Brasileiras: Fatores para o Desenvolvimento da Produção. **Cadernos Cenpec | Nova série**, v. 2, n. 2, 25 set. 2013. Disponível em: <<https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/175>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SOUZA, L. O. D. ARRANJOS REGIONAIS: A parceria entre o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura e o FSA. **Rascunho**, v. 14, n. 22, 17 out. 2022. Disponível em: <<http://www.rascunho.uff.br/ojs/index.php/rascunho/article/view/269>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

TEIXEIRA, L. C.; XAVIER, W. S.; FARIA, E. R. de; BRAVIM, M. T. Relação entre os equipamentos e políticas culturais dos municípios de Minas Gerais e a captação de recursos via Lei Estadual de Incentivo à Cultura. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 405–419, 2021. Disponível em: <<https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2965>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

TOMAIM, C. D. S.; MARCONI, D.; DALENOGARE, M. A produção de documentário no Rio Grande do Sul na visão dos realizadores. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 36, n. 2, p. 135–154, dez. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/intercom/a/69qZVGXbP5CvnjknSVqddqQS/?lang=pt>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

TRINDADE, T. N. A construção de políticas públicas para a cultura no Brasil: Um panorama da criação de órgãos e legislações específicas para o audiovisual. **Estudos Ibero-Americanos**, 48(1), e41540. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2022.1.41540>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

VENANZONI, T. S. Diversidade e democratização no cinema e no audiovisual brasileiro: um panorama de 2001 a 2021. **Novos Olhares**, v. 10, n. 2, p. 88–100, 24 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/190170>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

VERONEZ, F. C. **Descentralização de Políticas Públicas para o Audiovisual: Análise e Avaliação da Estrutura de Fomento de Pernambuco e Belo Horizonte**. 2022. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Cinema e Audiovisual) – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, PR, 2022. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6977>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

VIEIRA, M. P.; GUSMÃO, M. C. S. O mercado audiovisual brasileiro, o circuito alternativo de exibição, as mostras e festivais de cinema na Bahia contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, p. 36–45, 1 mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2017.53.1.04>. Acesso em: 01 jun. 2024.

VIRGENS, A. R. A. Financiamento público ao setor audiovisual na Bahia – 2008 a 2018. *In*: XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2021. Salvador, BA. **Anais...** Salvador: 2021. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/wp-content/uploads/2021/10/V2-ANAIS-XVII-ENECULT.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

VITORINO, I. G. Chapecó vive a nova era da informação abrindo espaço para a produção audiovisual local. *In*: Sérgio Mattos. (Org.). **A Televisão na era da Globalização**. Bahia /São Paulo: Ianamá/Intercom, 1999, v. 09, p. 17-35. Disponível em: <<https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/6d82931af54d970f1e288c15462dae1.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Informações sobre o Artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese: Resultado parcial de dissertação de mestrado em andamento de Carlos Gustavo Ramos Silva, com orientação da Profa. Dra. Agnes de Souza Arruda.

Fontes de financiamento: Não se aplica

Apresentação anterior: Não se aplica

Agradecimentos/Contribuições adicionais: Não se aplica.

Carlos Gustavo Ramos Silva

Mestrando em Políticas Públicas na Universidade de Mogi das Cruzes - UMC e Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual na Agência Nacional do Cinema - ANCINE. Pesquisador das áreas de políticas públicas do audiovisual independente brasileiro e seu financiamento e fomento.

E-mail: carlos.ramos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4470-1362>

Agnes de Souza Arruda

Professora no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes. Pesquisadora das relações entre corpo, mídia e imaginário midiático nos processos da gordofobia.

E-mail: agness@umc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0244-808X>